



WOTE PLATAFORMA ELEITORAL DA UNE

PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

POR CIDADES MAIS DEMOCRÁTICAS QUE

PRIORIZEM A VIDA E A EDUCAÇÃO





**POR CIDADES MAIS DEMOCRÁTICAS QUE
PRIORIZEM A VIDA E A EDUCAÇÃO**

Dentro de algumas semanas ocorrerão as eleições municipais no Brasil e, em meio a uma disputa ideológica e o avanço da extrema direita na sociedade, os brasileiros terão a oportunidade de se manifestar nas urnas a respeito do futuro de nossas cidades, elegendo prefeitos e vereadores engajados na luta por transformação social. Nós da União Nacional dos Estudantes através de deliberação da diretoria plena das entidades – acreditamos que, por meio de um debate qualificado e democrático, estas eleições também podem ser uma oportunidade de elevar o nível de consciência e mobilização da sociedade, refletindo sobre a necessidade de ampliar o horizonte das possibilidades e construir um país com amplos direitos e garantias à classe trabalhadora. Como consequência, apresentamos este documento visando denunciar as mazelas pelas quais passam a juventude e o povo brasileiro nesse momento tão acirrado, bem como apontar perspectivas do que pode ser construído por gestores e gestoras, em consonância com a voz das majorias e das mobilizações sociais, tendo em vista cidades mais democráticas, que coloquem no centro de suas prioridades a defesa da vida, da educação e dos direitos sociais e das liberdades democráticas ao povo brasileiro.

É no cotidiano dos 5.570 municípios brasileiros que a juventude e os estudantes enfrentam as consequências de ser um dos setores que mais sofre os efeitos da crise econômica e social. Enquanto jovens, encaramos uma taxa de desemprego entre o dobro e o triplo da média geral e enfrentamos a violência como uma das principais causas de mortes, que atinge majoritariamente homens e mulheres negras, sinalizando o genocídio da juventude negra vivenciado no nosso país! Enquanto estudantes, muitos de nós têm evadido de suas faculdades e universidades pois não conseguem acompanhar as aulas sem assistência estudantil, o que se acentuou com as aulas remotas, ou não conseguem pagar as altas mensalidades. A administração pública municipal não pode se ausentar do dever de fornecer assistência estudantil e precisa de uma vez por todas entender que investir em assistência aos estudantes através de políticas como transporte universitário, passe livre municipal, restaurante popular, moradia estudantil e etc, é investir na formação do jovem, para que contribua com o desenvolvimento da cidade. Por isso, é preciso que os poderes

públicos municipais pensem no crescimento da cidade de forma responsável com o fomento de políticas públicas que assistam os estudantes na sua formação, e que tenham a capacidade de gerar empregos e desenvolvimento com construção de Economia Solidária e Criativa, através da realização de concursos públicos e convocações dos aprovados e da redução da jornada de trabalho.

Em um “Raio-X” do que acontece no último período no Brasil, o povo e democracia brasileira foram constantemente atacados, as nossas vidas foram constantemente ameaçadas, tivemos que enfrentar um governo que não se preocupou com a pandemia, levando ao genocídio de milhares de brasileiros e aprofundando os modos de produção capitalista, as desigualdades e trabalhando para que o Brasil não se desenvolvesse social, ambiental e economicamente. A educação e a juventude foram os maiores alvos de destruição do último governo. Felizmente, através da unidade dos movimentos sociais e diversos setores da sociedade, foi possível derrotarmos o Bolsonaro nas urnas, elegendo um projeto democrático de governo, onde haveria maior espaço para a reivindicação das demandas populares. Contudo, ainda há forte presença de representantes aliados a Bolsonaro no Congresso Nacional, influenciando diretamente na política econômica, tornando esse passo cada vez mais conservador e a extrema direita avança, nos estados e municípios.

A história do movimento estudantil brasileiro tem como parte fundamental o compromisso na luta por mudanças estruturais na educação e na sociedade brasileira. Nesse momento de aprofundamento do conservadorismo, do obscurantismo, da austeridade e da retirada de direitos do povo, é necessário conter possibilidade de enraizamento do Bolsonarismo e dos demais projetos neoliberais nas cidades e municípios, combatendo projetos antidemocráticos, antinacionais e antipopulares.

Considerando este difícil cenário, nos dirigimos à sociedade brasileira e aos candidatos à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de todas as cidades para apresentar temas e propostas que consideramos fundamentais para a construção de um futuro melhor! Assim, trazemos ao centro a priorização das pautas da educação, das liberdades democráticas, da geração de empregos, da vida dos brasileiros e do direito de vivermos plenamente nossa juventude e defendemos, no âmbito do debate municipal:

POR MAIS QUALIDADE NA EDUCAÇÃO!

1. Combater os projetos de militarização e privatização das escolas, garantindo e fortalecendo a educação pública, laica, democrática e socialmente engajada.
2. Construção de GTs municipais em conjunto com estudantes, gestores municipais, professores, gestores de instituições e profissionais da saúde para ampliar o debate à respeito das condições da educação durante o estado de calamidade e construir uma agenda de mobilização que sirva aos interesses de trabalhadores da educação, estudantes e famílias;

3. Instituir e regulamentar um conselho de acompanhamento e busca ativa, com a participação de jovens e adolescentes, de casos de abandono e evasão escolar;
4. Criar e instituir o Programa de Transição para Cidade, para a Crise Climáticas com a participação das Entidades Estudantis, Universidades Municipais Secretarias Municipais e órgãos de acompanhamento do Município;
5. Criar a política do passe livre municipal e intermunicipal, para todos estudantes do campo e da cidade matriculados em Instituições de Ensino Médio e Superior, com o objetivo de garantir o acesso, permanência e acompanhamento do ensino, com ampliação do benefício, para acesso a cidade e ao estágio;
6. Combater a exploração privada dos transportes, reestatizando e mantendo o serviço estatal público, com participação de trabalhadores e usuários na gestão do serviço;
7. Criar política de mobilidade e segurança, com campanhas a ciclistas transporte públicos e privados, com incentivo a outros meios de transporte;
8. Instituir política municipal de segurança a mulher, com protocolos para ônibus e parada após o ponto de desembarque, fora do horário de maior circulação de pessoas nas regiões;
9. Instituir Conselhos Municipais de Mobilidade Urbana, com a participação da sociedade civil;
10. Criar programa de integração de estudantes Extensionistas da rede de Educação Municipal em conjunto as estaduais, a fim de auxiliar na implementação e acompanhamento de políticas públicas, relacionado ao projeto de Extensão;
11. Instituir Centros de acompanhamento do SUS, nas universidades municipais.
12. Criação de creches nas universidades municipais, para atender a comunidade acadêmica;
13. Criar e ou reconstruir os Fóruns Municipais de Educação, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE), com a participação da sociedade civil e representações de educação;
14. Criar o Sistema Municipal de Educação, a partir do Fórum Municipal de Educação, conforme o Plano Nacional de Educação;
15. Criação e ampliação dos Conselhos Municipais de Educação, com representantes eleitos em cada comunidade escolar e com caráter deliberativo;
16. Criação de Programas para erradicar o Analfabetismo;
17. Criação de Projetos para Cursos Populares nas regiões e bairros periféricos afastados do Centro da cidade;
18. Implementação do ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas municipais e de proteção ao corpo da criança como forma de prevenção e identificação de práticas abusiva;
19. Construção de políticas de educação sexual, objetivando o combate ao assédio e abuso;
20. Retomar a luta pela inserção do debate sobre Gênero nas escolas;
21. Incidir na aplicação real da lei 10.638 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas;
22. Redução de mensalidades em instituições de ensino privadas;

23. Contra as demissões em massa e precarização dos docentes das privadas;
24. Internet para Geral: Disponibilização de chips ou pacotes de rede com acesso a conteúdos educativos e aulas online para professores e estudantes;
25. Valorização do salário docente, com aplicação do piso salarial docente;
26. Eleição para diretores nas escolas e nas universidades estaduais;
27. Disponibilização de tablets, aparelho celulares ou notebooks para estudantes de baixa renda para viabilizar acesso a conteúdos educativos em casa;
28. Mais investimentos do orçamento municipal em educação, respeitando os valores mínimos constitucionais, com valorização da Educação Superior Municipal, de responsabilidade do município, visando a universalização do acesso à rede, valorização dos profissionais de educação, infraestrutura adequada nas Universidade;
29. Valorização de todos/as os/as profissionais da educação, com a defesa coletiva das jornadas de trabalho que sejam condizentes com o trabalho exercido pelo profissionais dentro e fora de salas de aula; exigência de plano de carreira e de reajustes salariais acima da inflação, com pagamento ao menos do piso das categorias e garantia de infraestrutura adequada ao exercício da profissão;
30. Criação de Programas Municipais de Bolsa Auxílio aos estudantes, em especial aos bolsistas do PROUNI;
31. Valorização dos programas de Educação de Jovens e Adultos com combate à evasão destes programas, além do incentivo à adesão da população através de campanha em consonância com a ampliação da modalidade de ensino nas periferias dos municípios e zonas rurais;
32. Investimento na estrutura das universidades municipais e em articulação com as Estaduais, em especial as presentes, nas regiões periféricas e agrárias. Para que sirva de espaço de interação, acolhimento, cultura, esporte e lazer da comunidade nos horários livres;
33. Compromisso com educação do campo e atenção às necessidades e dificuldades desse setor para garantia de acesso à conteúdos educativos;
34. Garantir o direito das crianças, jovens e adultos do campo, estudarem no local em que vivem. Para isso regulamentar no município uma política de não fechamento de Escolas do Campo com base na Lei nº 12.960 de 2014 e assegurar a existência de um órgão fiscalizador contra o fechamento de escolas;
35. Avançar na luta pela demarcação, titulação e na construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos de terras e povos indígenas, quilombolas e de comunidades de terreiro;
36. Garantir a aquisição da alimentação escolar, conforme a Lei Federal 11.947, de 2009, que define que no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), sejam destinados à produção da Agricultura Familiar, tendo como prioridade a produção agroecológica. Os municípios que já cumprem os 30% avançar para aquisição de 70% da aquisição da Agricultura Familiar;
37. Instituir um programa de financiamento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e ações que atendam a especificidade da Educação do Campo, considerando o fomento à Agroecologia, à Cooperação e à Empreendimentos de Economia Solidária, bem como, ao combate à

- exploração infantil, à violência sexual e à violência de gênero;
38. Criação ou fortalecimento de centros de apoio à educação, onde por meio de convênio entre escolas e universidades, os discentes dos cursos de licenciatura pudessem ofertar reforço escolar aos alunos com dificuldades pedagógicas;
 39. Criação do Programa Municipal de Assistência Estudantil, conforme a Lei 14.934/2024, visando ampliar e garantir condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica;
 40. Instituir a política do Bom Prato Estudantil, com o objetivo de garantir acesso à benefícios de alimentação aos estudantes, aos restaurantes comunitários;
 41. Criação e expansão de políticas de caráter cultural para dentro das escolas e universidades, entendendo o papel da mesma como um instrumento capaz de reduzir a evasão e ajudar na dinamização da sala de aula.
 42. Criação e ampliação das escolas em tempo integral e escolas de ensino técnico municipais.
 43. Criação e ampliação de espaços e ambientes de esporte, lazer e cultura direcionados à juventude.
 44. Criação de pesquisas a partir dos projetos de extensão, que alinhem com políticas públicas voltadas para segurança pública e a inclusão social, com abordagem sobre violência policial.
 45. Criar núcleos de assistência estudantil popular, especialmente em cursos de direito, com o objetivo de apoiar o acesso à justiça e oferecer suporte às comunidades periféricas;
 46. Implementar o Plano Juventude Negra Viva, garantindo a inclusão, participação da juventude negra;
 47. Instituir em todas as escolas a lei de gestão democrática, com a participação de toda a comunidade escolar. Sendo estudante, professores, vizinhos, grêmios estudantis e conselhos escolares.
 48. Criação de programas sociais, para a promoção de inclusão e oportunidade a juventude periférica, no mercado de trabalho;
 49. Inclusão de matéria de direitos humanos, através da extensão, com a participação das secretarias municipais de direitos humanos na grade curricular;
 50. Inclusão de projetos de extensões que conectem os estudantes com as realidades sociais das comunidades em todos os cursos;
 51. Visibilizar os programas de saúde nas regiões do Brasil, PET SAÚDE e diversos programas
 52. Defender piso constitucional da saúde e educação;
 53. Defender a revogação do Novo Arcabouço Fiscal, que estrangula o orçamento público e afeta os serviços públicos nos municípios;
 54. Garantir a constituição, manutenção e financiamento adequado

de serviços públicos municipais que assegurem o acesso ao direito ao aborto, a todas as pessoas que gestam, sem discriminação e garantindo atendimento interssetorial e transversal;

55. Criação de políticas municipais, de saúde mental dos estudantes, nas escolas e universidades;
56. Ampliação na oferta de bolsas nas universidades;
57. Criação de campanha sobre a erradicação da fome, realizado a partir das escolas e universidades;
58. Criação de programa municipal para alimentação de estudantes em universidades privadas;
59. Criação de política de integração de estudantes da EJA, ao ensino superior;
60. Criação de políticas de acesso ao primeiro emprego, nas escolas e universidades, conforme a demanda e formação acadêmica dos estudantes concluintes.
61. Defesa da redução da jornada de trabalho e da proibição da escala 6x1, visando a universalização das 30 horas de trabalho semanais, com três dias de descanso, no âmbito da legislação municipal, a começar pelos servidores municipais;
62. Restruturação da política de segurança pública, através das guardas municipais, desmilitarizadas através de foruns populares, voltada para a educação em Direitos Humanos e ao combate do genocídio contra a juventude negra, indígena e periférica em apoio às formas comunitárias e populares de autodefesa. No lugar da repressão às rodas de rima, slam, bailes funk e brega, incentivo, como políticas para a primeira produção e reconhecimento das ocupações culturais.
63. Defesa de políticas de combate à guerra às drogas, defendendo a construção de medidas no campo da saúde e assistência social, pensando na relação com os municípios a política de redução de danos. Contra toda forma de encarceramento e criminalização.
64. Incentivo à elaboração de políticas públicas de atenção à saúde mental, com investimento na Rede de Atenção Psicossocial e impulsionamento de campanhas voltadas para a juventude, abordando questões como combate ao suicídio e atenção à fatores de proteção e prejuízo à saúde mental - como combate e prevenção ao suicídio.
65. Recuperar a função social dos imóveis, garantindo às 6 milhões de casas desocupadas para as 6,9 milhões de famílias sem teto; Planejamento urbano, com prioridade em moradias em áreas de risco e deslizamento e expansão mediante às necessidades sociais e não aos desmandos do lucro;

- 66.Expropriar imóveis ociosos para moradia popular e equipamentos públicos necessários à socialização do trabalho reprodutivo, de centros culturais, creches e refeitórios populares.
- 67.Defesa e criação de políticas públicas de moradia especificamente voltadas à população LGBTI+ — que muitas vezes é expulsa de suas casas por conta da LGBTfobia.
- 68.Criação de uma empresa pública municipal de construção civil;
- 69.Encerrar todas as relações políticas e econômicas, convênios ou licitação com empresas, instituições e entidades israelenses ou cúmplices no genocídio e apartheid do povo palestino;
- 70.Defesa da renda mínima cidadã e fomento de redes de economia solidária a partir de pequenos empreendimentos. Fomento à políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho e combate ao desemprego na juventude.
71. Reestruturar os equipamentos culturais estudantis para a efetivação das atividades e lutar pela melhoria da infraestrutura desses espaços;
- 72.Fortalecimento e participação em massa nos conselhos municipais de cultura;
- 73.Ampliar o financiamento cultural estudantil para que os estudantes consigam acessar recurso e executar dentro das universidades;

Eu, _____ ,
que tenho candidatura pelo partido _____ ao cargo de
no município _____, no estado _____, se assumir o
mandato, estarei comprometido com a promoção da democracia, do direito à
saúde e do acesso à educação. Me comprometo com um mandato que valorize
a educação de qualidade e ouça as necessidades estudantis, assim como me
comprometo com os eixos de reivindicações da plataforma eleitoral da União
Nacional dos Estudantes (UNE), imprescindíveis para o município no contexto
atual _____ / /2024